

BADINTER, E. *As paixões intelectuais: desejo de glória, 1735-1751*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 530p., v1.

_____. *As paixões intelectuais: exigência de dignidade, 1751-1762*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 460p., v2.

_____. *As paixões intelectuais: vontade de poder, 1762-1778*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, 389p., v3.*

Diogo da Silva Roiz**

A questão do poder e da eficiência dos intelectuais europeus é, sem dúvida, um ponto de controvérsia na historiografia internacional. Questões como quando surgiram, como se organizam, o que pensam, como agem e o que fazem os intelectuais são fundamentais não apenas para entendê-los adequadamente, mas também para pensar e inquirir a história que foi e é escrita por eles e sobre eles. Sem deixar de lado esses questionamentos, mas detendo-se num momento que marcou a França e a Europa do século XVIII, Elisabeth Badinter nos ofereceu em sua obra *As paixões intelectuais*, publicada em três volumes, uma verdadeira radiografia de como surgiram e se organizaram os “intelectuais” franceses em torno do “grande público”, por meio do projeto aglutinador da “Enciclopédia”, tendo por base o “espaço público”, então em formação, com a imprensa periódica.

Para empreender tal análise, a autora já de início esclarece que, embora “a palavra não fosse muito utilizada na época, podemos falar de “intelectuais” no século XVIII, e mesmo, apesar do anacronismo, de uma verdadeira “*intelligentsia*”. Não obstante, “impõem-se certas precisões vocabulares”, pois até meados do “século XVIII não há distinção entre o homem de ciências e o homem de letras”, como “duas culturas diferentes, a científica e a literária, mas uma única, que constitui a ‘República das letras’” (2007, v.1, p. 12). Mas ao fim daquele século, com “efeito, pouco

* Texto recebido em 25 de maio de 2010 e aprovado em 25 de julho de 2010.

** Doutorando em História pela UFPR, bolsista do CNPq.

a pouco vai-se operando a cisão entre as duas culturas, e a geração seguinte vê surgir a especialização do saber científico” e o “filósofo passa a distinguir-se do erudito, aproximando-se do letrado” (2007, v.1, p. 13). Com isso, passa a haver a oportunidade de organização de uma nova categoria profissional, pautada em questões políticas e culturais, cujos integrantes tinham objetivos comuns na ordem do saber: a categoria dos *intelectuais*.

Não obstante, mais que nos efeitos do “movimento iluminista” para os séculos XIX e XX, a autora irá se deter na forma como este esteve organizado e como se desenvolveu ao longo do século XVIII, na França. Para alcançar esses objetivos Badinter se ateve em três momentos que, para ela, foram fundamentais para o desenvolvimento dos intelectuais enquanto categoria profissional e grupo culturalmente organizado na sociedade. O primeiro momento seria o que ela definiu como o *desejo de glória*, entre 1735 e 1751, no qual não havia ainda nenhuma nítida distinção entre o “homem de ciência” e o “homem de letras”, tampouco se cogitava da organização de uma nova categoria profissional, mediada por questões políticas e culturais, cuja função básica seria a de servir de canal de divulgação, através dos meios de comunicação, em especial, pela imprensa periódica, dos fatos e acontecimentos marcantes na sociedade. Desse modo, além de mediar as discussões e as divulgações, os intelectuais também seriam responsáveis pela formação da opinião pública na sociedade. Falamos aqui de uma categoria profissional que naquela época não estava totalmente organizada, mas, quando muito, no início de um processo de gestação. Por isso buscava-se corriqueiramente sair dos laboratórios e dos gabinetes e se apresentar nos *salões*, de modo a alterar o espaço de ação (do privado para o público) e formar novas “redes de organização” para fundar a opinião pública (não somente entre os pares, mas, principalmente, entre o “grande público” na sociedade).

Num segundo momento, denominado de *exigência de dignidade*, entre 1751 e 1762, os intelectuais, reunidos em torno do movimento da ilustração, buscavam um reconhecimento público de suas ações perante a sociedade europeia do século XVIII, com vistas a reivindicar “independência econômica” e “autoridade moral”. Em função das “redes de dependência” construídas a partir do reinado de Luís XIV, pelas quais o monarca concedia pensões e propiciava o alcance do “renome” em troca da submissão “a suas regras e lisonja a sua pessoa” (2007, v. 2, p. 11), tornava-se consideravelmente difícil alcançar a liberdade de

expressão, buscar a verdade e a defesa da pobreza, numa época em que tais valores haviam se expandido não apenas pela monarquia, mas para vários setores e lugares da sociedade. Em resumo, o intelectual ainda não encontrava os instrumentos necessários para o livre exercício de uma função profissional que também não estava – ela própria – consolidada naquela sociedade europeia do século XVIII. Para ela:

O prestígio do intelectual não ultrapassa o círculo da burguesia culta. Em muitos salões da aristocracia, até então, ele só está presente para divertir com seus talentos e seus ditos inteligentes. Situação que se revela insuportável para esta nova geração de homens que forma a aristocracia da inteligência e se julga muito superior à outra (2007, v. 1, p. 18).

O terceiro momento foi o de *vontade de poder*, entre 1762 e 1778, no qual os “homens de letras” almejavam ganhar postos na imprensa periódica, mediar às discussões políticas e formar a “opinião pública”, e ao mesmo tempo ter o reconhecimento público de suas ações e de seu papel perante a sociedade, como uma nova categoria profissional, a dos intelectuais, em pleno processo de consolidação. De acordo com a autora:

A morte de Voltaire encerra a história do surgimento dessas grandes paixões. Não que elas tivessem sido totalmente ignoradas antes do século XVIII. Mas o *desejo de glória*, a *exigência de dignidade* e a *vontade de poder* são estreitamente dependentes do nascimento de uma opinião pública. Quanto mais esta ganhou força, mais se pôde assistir à exacerbação da primeira e da terceira paixões. O desejo de glória e a vontade de poder parecem ter-se desenvolvido em detrimento da exigência de dignidade. No século XVIII, esta dizia respeito à independência do filósofo em relação aos grandes. Em outras palavras, à recusa da cortesia. Hoje, a maior força é a opinião pública. É ela, e somente ela, que outorga glória e poder, por obra e graça dos meios de comunicação. Os intelectuais mudaram de senhor, mas não de escravidão. Serão capazes, para se libertar, de abrir mão de tão doces paixões? (2009, v. 3, p. 275)

É em meio a esses dilemas que, segundo ela, irá desenvolver-se a organização dos intelectuais enquanto uma nova categoria profissional no interior da sociedade, com a função primordial de mediar a formação da opinião pública. Neste sentido:

No século XVIII, as rivalidades intelectuais são alteradas pelo surgimento de uma nova força, desconhecida nos séculos anteriores: a opinião pública. Inicialmente limitado aos círculos restritos dos salões, dos leitores de periódicos, dos professores, o número dos amadores esclarecidos não pára de aumentar ao longo das décadas, de tal modo que o conhecimento se torna sinônimo de prestígio e liberação aos olhos da burguesia ascendente. Pouco a pouco, os intelectuais entendem a necessidade de convencer este outro juiz, a opinião pública, do fundamento de seu trabalho. A partir de então, o jogo é a três: o intelectual, seus pares e o público, que será chamado com frequência cada vez maior a servir de árbitro entre o primeiro e os segundos. A democratização do conhecimento tem todas as vantagens que se conhecem, inclusive a de impedir uma comunidade científica de funcionar como seita. Mas a opinião pública, mesmo esclarecida, não deixa de ser o que é: uma opinião [...], não um saber [...]. E os eruditos não gostam que os amadores lhes venham ditar seu julgamento (2007, v. 1, p. 15).

Destarte, a principal hipótese da autora é a de que durante o período do Iluminismo francês de 1735 a 1778 houve as condições básicas necessárias para o aparecimento de uma nova categoria profissional, a dos intelectuais, na medida em que o conhecimento passou a ter um caráter cada vez mais público (deixando de estar confinado aos lugares privados, até então assegurados pelos clérigos), e este se formaria, necessariamente, a partir de uma relação complexa entre os intelectuais, seus pares e a opinião pública. Por isso, durante este período houve diferentes tipos de anseios entre os intelectuais, que refletiram, por sua vez, também diferentes paixões a serem alcançadas. Para reconstituí-las, a autora toma como base não tanto a obra destes diferentes autores que fizeram parte do movimento da Ilustração na França do século XVIII, mas principalmente as suas missivas, as cartas que foram trocadas entre eles, e de forma mais direta expressavam seus anseios, desejos e paixões. Segundo ela:

Esta busca dos elementos mais subjetivos de seus percursos não se confunde com a busca da verdade. É a história das ambições pessoais a serem decifradas por trás das polêmicas e fórmulas convencionais. História que põe em cena todas as paixões humanas que se tenta dissimular, por medo de manchar a própria reputação. História que, no entanto, se revela nas

conversas privadas reproduzidas nas correspondências dos protagonistas, de seus amigos e inimigos (2007, v. 1, p. 16-7).

Em sua incursão pela trajetória da formação desta nova categoria profissional, a dos intelectuais, a autora tomou como base não apenas personagens conhecidos – como François-Marie Arouet (1694-1778), mais conhecido como Voltaire (que foi um de seus principais protagonistas e cujas diferentes redes e relações pessoais a autora rastreou), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Charles-Louis de Secondat, mais conhecido como barão de Montesquieu (1689-1755), Jean le Rond d'Alembert (1717-1783), Denis Diderot (1713-1784), os principais representantes do “iluminismo francês”, alguns dos quais foram responsáveis pelo projeto da nova “Enciclopédia” para a organização do conhecimento humano - mas também atores menos conhecidos, como Maupertius (1698-1759), Alexis Claude de Clairaut (1713-1765), Claude-Adrien Helvétius (1715-1771), Louis Marie Stanislas Fréron (1754-1802), entre outros.

Desse modo, ao estudar o *desejo de glória*, a autora buscou reconstituir a ação de Maupertius, que, segundo ela, foi “o homem que desafiou seus pares”, entre 1735 e 1741, diante das academias. Por conseguinte, aqueles “homens de letras” lhe opuseram a “vingança dos pares” entre 1741 e 1746. Durante o período de 1746 a 1751, “longe dos pares”, deu-se lugar a diferentes atitudes dos personagens da época e favoreceu a busca pela glória do homem de letras.

Na sequência, a *exigência de dignidade* passou a ocorrer uma busca constante entre tais personagens, entre 1751 e 1753, atravessando um momento de “difícil evolução das mentalidades”, entre 1753 e 1756 e indo do “descrédito à recuperação da honra” entre 1757 e 1762. Embora o período que, segundo ela, foi marcado pela *vontade de poder*, entre 1762 e 1778, fosse o de consolidação desta nova categoria profissional, nem por isso foi menos controvertido. Ao se debruçar sobre seus principais aspectos, a autora demonstra como o reconhecimento público ainda era uma meta difícil a ser alcançada por esses “homens de letras”, e a busca de um “filósofo rei” (1762-1770) tornava-se uma questão cada vez mais utópica e pouco realista. Nesse caminho, o “gosto do poder” (1771-1776) e o seu inevitável recuo (1776-1778) descortinaram os desencantos, as mágoas e as frustrações destes filósofos, e a consequente separação do pensador, homem de letras, com os reis.

Por suas qualidades, essa obra traça, de forma inovadora e, em certos momentos, surpreendente, a trajetória dos principais representantes do movimento iluminista francês do século XVIII, demarcando suas ideias e sua ação, bem como as relações que mantiveram com personagens menos conhecidos, mas que foram fundamentais, segundo ela, para o nascimento desta nova categoria profissional: os intelectuais. Apesar dos méritos evidentes, não há como negar algumas pequenas fragilidades que a obra também carrega.

De início, a mais flagrante é a de enfatizar a importância do movimento iluminista francês do século XVIII, sem com isso demonstrar a importância que tiveram para o seu sucesso outros movimentos, seja da França seja de outros países (TODOROV, 2008; HUNT, 2009). Evidentemente, o Iluminismo não esteve limitado à França e seus desdobramentos não foram simplesmente franceses (ISRAEL, 2009). Por outro lado, é possível questionar até que ponto aqueles filósofos tinham (ou não) consciência de estarem organizando uma nova categoria profissional, a dos intelectuais, num século (XVIII) que a própria autora indica ter sido permeado de relações profissionais ainda pouco especializadas na ordem do saber, e no qual ainda havia pouca distinção entre o “homem de ciência” e o “homem de letras”, não apenas entre os cientistas e os filósofos do período, mas, principalmente, entre a sociedade de então, em que se iniciava a formação de uma opinião pública.

Não há como negar os paralelos entre o que se entenderá por intelectual e por *intelligentsia* nos séculos XIX e XX e as suas profundas relações com os filósofos e os cientistas do século XVIII, que repensaram a organização e a divisão dos conhecimentos humanos. Por outro lado, também não há como deixar de lado as profundas diferenças históricas, conceituais, profissionais e organizacionais de um momento para o outro. O que, sem dúvida alguma, o estudo de Elisabeth Badinter traz de novo são questionamentos e indagações sobre uma época que é muito pesquisada (por ser fundamental para conhecermos nossa sociedade, que tem suas raízes naquele período histórico), mas ainda é consideravelmente desconhecida e distante para nós, no século XXI (DARNTON, 2005).

REFERÊNCIAS

DARNTON, R. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. Tradução de José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HUNT, L. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ISRAEL, J. I. *Iluminismo Radical. A filosofia e a construção da modernidade, 1650-1750*. Tradução de Claudio Blanc. São Paulo: Editora Madras, 2009.

TODOROV, T. *O espírito das Luzes*. Tradução de Mônica Cristina Corrêa. São Paulo: Editora Barcarolla, 2008.